



## A informação ocupada

### *Occupied information*

Marivalde Moacir Francelin \*

#### RESUMO

Analisa a informação como elemento predominante da sociedade contemporânea. Desloca a abordagem para a informação como fundamento do homem no mundo. A hipótese principal supõe a decomposição linear “ídolo”, homem, linguagem, código. Portanto, o homem ocupa a informação. Desenvolve revisão com base em bibliografia sobre ética e epistemologia em ciência da informação e em literatura filosófica de perspectiva nietzschiana. Sugere que a redução do homem ao código informacional gera o mesmo problema da confusão babelica das línguas. A solução é reproduzida na segunda era de exclusão de sentidos, valores, juízos e ideais ético-epistemológicos. Conclui que essa solução coloca a urgência de ação contrária em busca de um todo mais amplo, em que a informação é apenas uma característica do homem, do mundo e da natureza.

**Palavras-chave:** Informação Ocupada; Ética; Epistemologia; Teoria do Conhecimento; Ciência da Informação.

#### ABSTRACT

This paper analyzes information as the predominating element in contemporary society. It dislocates attention towards information as man's foundation in the world. The main hypothesis supposes the linear decomposition of "idol", man, language, code. Therefore, man occupies information. Literature review is concentrated on the topics of ethics and epistemology in Information Science and philosophical literature of the Nietzschean perspective. It suggests that the reduction of man to a mere informational code generates the same problem of babelic confusion of languages. The solution is reproduced in the second era of the exclusion of meanings, values, judgments and ethical and epistemological ideals. The paper concludes that this solution indicates the urgency of counter action in search of a larger whole, where information is only a characteristic of man, the world and nature.

**Keywords:** Occupied information; Ethics; Epistemology; Theory of Knowledge; Information Science.

#### INTRODUÇÃO

Citando trecho sobre o direito de liberdade de expressão e de receber e transmitir informação, da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Preisig, Rösch e Stückelberger (2014, p. 12) dizem que é muito “[...] complicado e nem sempre possível identificar a diferença entre restrições justificáveis e uma violação inaceitável de valores éticos fundamentais”. Os conflitos e os dilemas surgem, segundo os autores, onde a informação é gerada, processada e transmitida. Geralmente, esses

---

\* Doutor em Ciência da Informação. Professor do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de São Paulo. Endereço: Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, CBD/ECA/USP, Cidade Universitária, CEP 05508-020, São Paulo, SP. Telefone: (11) 2648-1186. E-mail: marivalde@usp.br.

conflitos e dilemas estão diretamente associados às pressões ideológicas, atitudes totalitárias e dogmatismos. Como questões ideológicas, atitudes totalitárias e dogmatismos não são recentes na história do conhecimento e da informação, é natural, dizem Preisig, Rösch e Stückelberger, que bibliotecários e outros profissionais da informação já estejam enfrentando esses conflitos e dilemas bem antes do surgimento das mídias digitais e da internet. Porém, como características básicas da era da informação, as mídias digitais e a internet intensificaram os problemas com a informação, especialmente no universo de controle da produção, reprodução e privacidade (MASON, 1986; FROELICH, 2004).

Para ajudar a discernir entre o que pode ser restritivamente justificável e uma violação inaceitável de um valor ético, é necessário encontrar contextos, referenciais éticos comuns e formas de verificação. O mais comum, entre os contextos para análise da ética na ciência da informação, é o contexto das tecnologias da informação. No universo das tecnologias da informação, e da “infoesfera”, estão os principais debates lógico-ontológicos (CAPURRO, 2006; FLORIDI, 2008b).

Nesse caso, a ética também aparece vinculada à “infoesfera”, ao ser humano, seus valores e artefatos técnicos. Na visão de Floridi (2013), trata-se de uma “Babel” por causa das diversas abordagens dos pesquisadores e do conceito multifacetado de informação. Dessa perspectiva, a ética da informação é plenamente reconhecível nas ações de um “agente moral” digital que, como defende Floridi (2008a), têm uma função unificadora. Diferentemente de Floridi, a questão não será aqui colocada em torno da centralização da informação e da “infoesfera”. Apesar de ser uma resposta de Capurro (2006) às posições de Floridi, o fundamento ontológico da ética da informação será substituído pela pergunta sobre o fundamento epistemológico da ética da informação.

Em contexto próximo, encontram-se estudos sobre a ética relacionada à comunicação e à produção científica e ao profissional da informação. Porém, mesmo não sendo um tema “quente” como as tecnologias da informação, a ética da informação deve, segundo Fallis (2007, p. 24), ter como essência a preocupação com quem deve ter acesso à informação, visando à liberdade intelectual.

Na verdade, uma pergunta pelo fundamento epistemológico da ética da informação talvez não seja consistente do ponto de vista da teoria do conhecimento. Mas, pensando a ética como elemento *doutrinário* da teoria do conhecimento, pode ser que uma nova perspectiva se ofereça aos estudos epistemológicos da informação. Portanto, é possível perguntar: a ética é um tema secundário na epistemologia? Tentando uma resposta, busca-se identificar e caracterizar a *ausência* da ética na epistemologia por meio da inclusão do ser humano como centro e fim das coisas do mundo, inclusive da informação.

Parte da literatura epistemológica geral e da ciência da informação está ancorada na teoria da ciência por causa da centralização do ser humano no mundo. Porém, será que é o ser humano, de fato, ou uma predicação que assumiu centralidade na era da informação? Afirmar que o ser humano é informacional, e que ele é integrado à complexidade, parece algo natural na atualidade. Seria equivocado negar ou mesmo questionar esses predicados. Entretanto, a centralidade dada ao ser humano informacional e complexo chama a atenção e faz levantar questionamentos, especialmente sobre o predomínio técnico-gerativo como característica essencial da informação. Em uma suposição direta: se a informação é a base do mundo e se a característica essencial da informação é ligar os diversos níveis, auto-organizar-se e se autocriar, então todos os ocupantes desse mundo poderão fazer o mesmo.

## OCUPAÇÕES ÉTICO-EPISTEMOLÓGICAS

A ética como doutrina teve sua essência fincada definitivamente na cultura ocidental por Platão. Giacoia Junior (2013, p. 209, grifo do autor), diz que, segundo a interpretação nietzschiana,

[...] o traço dominante tanto na teoria quanto no caráter do homem Platão teria consistido em seu instinto ou impulso ético. Platão seria, antes de tudo, um doutrinador, um político e um legislador. Todos os seus outros talentos e capacitações, inegavelmente pronunciados, estariam a serviço dessa vocação predominante – tirânica, como afirma Nietzsche. Foi a serviço da ética e da política que Platão mobilizou sua teoria do conhecimento, sobretudo a parte consistente na doutrina das ideias.

Essa doutrina, enquanto teoria do conhecimento, estabelece dois gêneros do saber: razão e opinião. Partindo dessa divisão, é possível entender que os estudos sobre epistemologia não tratam da questão da ética porque já estão no escopo da tradição doutrinária do conhecimento. Nessa perspectiva, a ética seria um esforço doutrinário do conhecimento racional, e não da opinião.

No livro VI, de *A república*, Sócrates pergunta:

Uma vez que os filósofos são aqueles que são capazes de atingir aquilo que se mantém sempre do mesmo modo, e que aqueles que o não são, mas se perdem no que é múltiplo e variável, não são filósofos, qual das duas espécies é que deve ser chefe da cidade?(PLATÃO, 2001, p. 265, 270).

Sócrates continua: “Ora não seria a pessoas assim, aperfeiçoadas pela educação e pela idade, e só a essas, que gostarias de entregar a cidade?” O filósofo (rei-filósofo), amigo do saber, é a “espécie”, segundo Sócrates, que deve ser o “chefe da cidade”. Em outro nível estão os amigos da opinião.

Livros, observou certa vez o escritor Jean Paul, são cartas dirigidas a amigos, apenas mais longas. Com esta frase ele explicou precisamente, de forma graciosa e quintessencial, a natureza e a função do humanismo: a comunicação propiciadora de amizade realizada à distância por meio da escrita. O que desde os dias de Cícero se chama *humanitas* faz parte, no sentido mais amplo e no mais estrito, das consequências da alfabetização. Desde que existe como gênero literário, a filosofia recruta seus seguidores escrevendo de modo contagiante sobre amor e amizade. Ela é não apenas um discurso sobre o amor à sabedoria, mas também quer impelir outros a esse amor. Que a filosofia escrita tenha logrado manter-se contagiosa desde seus inícios, há mais de 2.500 anos, até hoje, deve-se ao êxito de sua capacidade de fazer amigos por meio do texto. Ela prosseguiu sendo escrita como uma corrente de cartas ao longo das gerações, e, apesar de todos os erros de cópia, talvez até mesmo por causa desses erros, ela atraiu os copistas e intérpretes para seu círculo de amigos. (SLOTTERDIJK, 2000, p. 7-8, grifo do autor).

Mas, que amigos são esses? Seriam os amigos da opinião? Seriam apenas os filósofos? Os intelectuais? Os eruditos? Uma coisa é evidente, os *amigos* são aqueles da tradição, os especialistas. De outra forma, Sloterdijk não precisaria escrever um posfácio para o seu ensaio *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*, denunciando os “[...] maus entendedores habituais ou profissionais”, e um “[...] jornalismo que explicitamente incita o escândalo”. Sloterdijk (2000, p. 61) diz que sua frustração não foi com os especialistas, mas com “[...] alguns jornalistas que por acaso estavam presentes [em palestra de julho de 1999] e que, nada percebendo da lógica da comunicação, reconheceram em seu vocabulário uma oportunidade para uma reportagem denunciatória”. O que gerou a frustração no autor parece ter sido, justamente, a interpretação equivocada e polêmica sobre duas noções: a) existe um mundo que não faz parte da natureza; b) há uma “seleção” por meio do letramento.

Na visão de Sloterdijk (2000, p. 33-34), há um mundo que não é da natureza, mas natural do homem, da transformação do “animal *sapiens*” em “homem *sapiens*”, que foi resultado de uma história “natural de serenidade”.

Portanto, a polêmica ocorreu quando Sloterdijk levantou a hipótese de “efeitos seletivos” produzidos pela cultura escrita (até a alfabetização). Sloterdijk traça um enredo argumentativo sobre o princípio “pastoral” ontológico de Heidegger. No plano ontológico de Heidegger, o ser humano não poderia fazer parte da sequência “gênero e espécie” de animal/animal racional, em que suas características diferenciadoras foram desenvolvidas em um processo evolutivo natural e cultural. O ser humano, diz Sloterdijk (2000, p. 25-26), “[...] tem um mundo e está no mundo (*Welt*), enquanto plantas e animais estão atrelados apenas a seus respectivos ambientes (*Umwelten*)”.

A leitura (ou “lições”) é colocada em conexão com a “seleção” nesse ensaio a ponto de seu autor considerar essa hipótese próxima do real. Desse modo, a seleção entre “animais” que sabem ler e escrever e os que não sabem também indicaria aqueles que “dirigem a criação” e aqueles que são “criados”. Nesse espaço de discussão, Sloterdijk (2000, p. 39-40) interpreta um trecho da obra *Assim falou Zaratustra*, de Nietzsche, dizendo que, do ponto de vista de Zaratustra, os homens seriam:

[...] bem-sucedidos criadores que conseguiram fazer do homem selvagem o último homem. É óbvio que tal feito não poderia ser realizado só com métodos humanistas de domesticação, adestramento e educação. A tese do ser humano como criador de seres humanos faz explodir o horizonte humanista, já que o humanismo não pode nem deve jamais considerar questões que ultrapassem essa domesticação e educação: o humanista assume o homem como dado de antemão e aplica-lhe então seus métodos de domesticação, treinamento e formação – convencido de que está das conexões necessárias entre ler, estar sentado e acalmar. Nietzsche [...] fareja um espaço no qual lutas inevitáveis começarão a travar-se sobre o direcionamento da criação dos seres humanos – e é nesse espaço que se mostra a outra face, a face velada da clareira. Quando Zaratustra atravessa a cidade na qual tudo ficou menor, ele se apercebe do resultado de uma política de criação até então próspera e indiscutível: os homens conseguiram – assim lhe parece – com ajuda de uma hábil combinação ética e genética, criar-se a si mesmos para serem menores.

Segundo Sloterdijk, a “domesticação educacional” do ser humano não teve êxito somente com o alfabeto ou com o letramento, mas com uma forte cultura de poder

de seleção. A “cultura escrita”, diz Sloterdijk (2000, p. 44), “[...] fraturou profundamente as sociedades que a hospedavam e cavou entre as pessoas letradas e iletradas um fosso cuja intransponibilidade alcançou quase a rigidez de uma diferença de espécie”.

Além dessa distância, aqueles que estavam no mundo também se retiraram. De acordo com Sloterdijk, com a retirada dos deuses do mundo humano, restaram os sábios, que também se retiraram, deixando seus escritos, seus livros e, estes, longe das mesas e cabeceiras dos leitores, para a “intemporalidade dos arquivos”; assim, o destino dos livros é silenciarem nas estantes como “[...] imagens ou miragens de uma sabedoria na qual os contemporâneos já não conseguem acreditar – enviadas por autores dos quais não mais sabemos se ainda podem ser nossos amigos” (SLOTERDIJK, 2000, p. 56, grifo nosso)

A descida dos arquivistas até os textos antigos para investigar os “primeiros comentários sobre questões modernas” é, segundo o autor, cada vez menos frequente. Porém, segue Sloterdijk (2000, p. 57),

Talvez ocorra de vez em quando que em tais pesquisas nos porões mortos da cultura os documentos há muito não lidos comecem a cintilar, como se, sobre eles, tremulassem raios distantes. Poderá também o porão dos arquivos tornar-se clareira? Tudo sugere que arquivistas e arquivologistas [Archivare und Archivisten] tenham se tornado os sucessores dos humanistas. Para os poucos que ainda frequentam arquivos, é difícil evitar a impressão de que nossa vida é a confusa resposta a indagações de cuja origem há muito nos esquecemos.

Portanto, na visão de Barrios Casares (2015, p. 274-275), o que pode ser questionado nesse ensaio são suas premissas: a ênfase na alfabetização, que “[...] não supõe um fenômeno homogêneo ao longo da história, nem uma força autônoma suscetível de provocar por si só modificações do tecido humano à margem de fatores econômicos e sociais [...]”; no “mito de uma idade de ouro do humanismo” que é usado como parâmetro para constatar a decadência e a selvageria contemporâneas, “[...] porém não deixa de ser uma ficção literária a mais, a serviço da constante reiteração das metas e ânsias da cultura.”; e no “rígido dualismo” dos elementos domesticadores e embrutecedores representados por meios “inibitórios”, como o livro, e “desinibitórios”, como o cinema e a televisão.

### **CONFUSIO LINGUARUM, CONFUSIO INFORMATIO: MITO E INTEGRAÇÃO**

Será que uma profissão de base humanista também pode ser responsabilizada por esse processo de “seleção” sugerido por Sloterdijk? Caso uma pergunta como esta seja verossímil, também não seria necessária uma urgente revisão nos fundamentos éticos da atuação no campo da informação? Por outro lado, uma revisão na ética da atuação no campo da informação, com vistas a um melhor entendimento do que significaria essa “seleção”, somente será possível com a revisão ampliada da noção de domesticação conceitual da informação.

Desenvolvendo a hipótese de Sloterdijk, seria possível, então, inferir que os níveis de instrução (ou letramento) indicam níveis de espécies de seres no mundo? É difícil imaginar exemplos numa hipótese assim delineada, mas dentro do contexto proposto essa dificuldade parece se amenizar quando se pensa em acesso e apropriação de informação e conhecimento, nas diferenças entre informação e

conhecimento científicos e do senso comum, nas etapas de formação disciplinar no ensino formal e seus desníveis qualitativos e, principalmente, nos sentidos graus de divisão e classificação das ciências e nas escalas de necessidades informacionais.

Se, por exemplo, o *ser* fosse imaginado no contexto exclusivo da linguagem, então haveria a possibilidade de que essa situação (não a radical hipótese da seleção) de desníveis dos seres no mundo também pudesse ser favorecida em condições limítrofes de entendimento das formas corretas da razão. Condicionar o pensamento ao *correto* pensar lógico-ontológico pode determinar algo que é forma de pensar e, talvez, não mais pensamento, descaracterizando o *ser* em termos de identidade e liberdade natural, e fixando o *ser* no mundo, em uma “casa” e, por fim, na artificialidade técnica de uma linguagem.

Do início pelo verbo, passando pela *confusio linguarum* babélica, há a ideia de reunião, sedentarismo e domesticação. O livro *A busca da língua perfeita na cultura europeia*, de Umberto Eco, apresenta a história da “língua” a partir do verbo bíblico. Segundo Pluche (1751 apud ECO, 2002, p. 407) “Aquela confusão fortaleceu o tipo de apego no qual se baseia o amor da pátria; ela tornou os homens mais sedentários.” Referindo-se a Dante, em outro trecho de sua obra, Eco (2002, p 411, grifo do autor) diz que [...] Dante, no tratado *De vulgari eloquentia* (I, vii) dava uma versão “edificatória” peculiar da *confusio linguarum*. Ela não aparece tanto como o nascimento de línguas de diferentes grupos étnicos, mas antes como proliferação de “linguagens’ técnicas” (os arquitetos falam a língua dos arquitetos, os carregadores de pedras uma outra própria), como se Dante pensasse nos jargões das corporações de seu tempo. Alguém poderia ser tentado a reconhecer aqui uma formulação, amplamente *ante litteram*, de um conceito de divisão do trabalho a que se junta uma *divisão do trabalho linguístico*.

Os homens presos a um limite, um território, uma clareira, um cercado, uma casa da “língua”, tornam-se mais calmos. O que se observa é que a provável superioridade do ser racional sobre outros seres não racionais está aparentemente descontextualizada. A tradicional divisão entre animais racionais e animais irracionais choca-se com a criação do chamado *homo sapiens*. A linguagem foi ponto determinante para a centralização do ser humano no mundo. Ela foi diferenciada em humana e animal e, depois, em linguagens dos deuses, dos homens, das ciências, e das técnicas. Na história contemporânea, a explosão da informação em meados do século XX originou uma espécie de *confusio informatio*, que, por sua vez, foi organizada por um caminho semelhante ao da linguagem: informação humana, biológica e cósmica e, depois, informação geral, especializada e técnica.

Com a linguagem, os homens ficam sedentários e fazem casas. E com a informação, o que os homens fazem? Parece que foi em busca da resposta a esta pergunta que Sloterdijk tentou fazer da informação uma nova “clareira”.

[...] Sloterdijk analisa o motivo heideggeriano da clareira em termos de história social e antropológica: o animal *sapiens* aparece quando um gênero de seres nascidos prematuramente escapam em parte de seu destino biológico e completam sua humanização com um processo de humanização: chegam à linguagem, logo se fazem sedentários e moram em casas. A domesticidade, a história das técnicas para produzir homens, então inicia. Porém a cultura tecnológica, que gera um novo estado de combinação entre

linguagem e escrita, e uma dissolução da diferença entre sujeito e objetos naturais, em um ambiente artificial, põe em crise os velhos hábitos humanistas. A linguagem, velha casa do ser, se transforma: o que há é informação, como a dos códigos genéticos, matéria informada, inteligente. Uma vez evidenciado ademais que o homem não é uma criatura de Deus, nem um mamífero autárquico, mas sim um produto histórico, mutável, de técnicas antropogênicas, parece claro para Sloterdijk, pois, que o futuro de uma cultura pós-humanista, que complete com êxito a domesticação, tem de passar pela formulação de um código de leis antropocêntricas, capaz de orientar a nova política de criação e reprodução do parque humano (BARRIOS CASARES, 2015, p. 274).

Na linguagem, o homem produziria e reproduziria seus “eus” e “outros” em espaços de significados e, na informação, ele produziria e reproduziria seus códigos genéticos e sua “matéria informada”. Além de substituir a linguagem como casa do ser, a informação também irá se tornar um elo entre as coisas do mundo através de um forte movimento integrador.

## CRÍTICA

A *crítica* é todo obstáculo possível de ser superado. Esta afirmação é ampla no sentido temporal por causa da série de problemas seculares postos à luz dos conhecimentos filosóficos, retomados pela investigação científica e separados da ética e da religião. Portanto, só é possível falar de *crítica* na ciência da informação a partir da identificação de tais problemas e de onde eles serão analisados. Isso já acontece na área. É possível identificar questões filosóficas, científicas e éticas sendo discutidas com certa frequência da literatura especializada. Conhecimento como crença é uma forma mais abrangente e menos insegura de tratar o tema porque aproxima a algo da *natureza* humana. *Crer/acreditar* é uma ideia que está por trás da maioria das correntes de pensamento. Ninguém explicita sua crença em sua própria ideia, mas, dificilmente, os grandes monumentos do saber existiriam se seus responsáveis não fossem tomados de uma *crença* muito maior do que a própria razão. Sem dúvida, trata-se de um paradoxo, mas a experiência humana demonstra que quase todo exercício da razão, por mais correto e verdadeiro que pareça ser, exige que se tenha dele também uma parcela de dúvida. Quando essa dúvida surge, não resta outra coisa senão a crença de que algo há.

Então, qual é a importância do conhecimento? O conhecimento é importante? São duas perguntas aparentemente iguais, mas não o são de fato. A segunda pode ser respondida com facilidade. Sim, o conhecimento é importante. Porém, a primeira exige certo grau de conhecimento sobre o conhecimento. Por que “certo grau”? Num grau mínimo, uma resposta provável à primeira pergunta seria: “O conhecimento faz dos homens seres superiores”. Ou: “O conhecimento ajuda os homens a viverem mais e melhor”. Mas, essas respostas são frágeis, pois, não se pode dizer que é o conhecimento que faz dos homens seres “superiores” ou que os fazem “viver mais e melhor”. A noção de “superioridade”, assim como a de “viver mais e melhor”, não implica diretamente em conhecimento. Não é o caso aqui, mas seria possível questionar até mesmo a existência de algum tipo de “superioridade” entre os homens, dizendo que alguns teriam características mais “superiores” do que outros e vice-versa, e não haveria nenhuma possibilidade de uma superioridade absoluta. O exemplo de resposta à primeira pergunta está, aparentemente, vinculado ao homem enquanto ser racional diante de outros seres não racionais. O homem não

seria superior, nesse caso, em relação a outro homem, mas a algum tipo de ser não homem, não humano ou não racional. Seres racionais seriam superiores aos seres não racionais. Na tradição filosófica e científica, o homem como ser racional é entendido como superior aos outros seres. Essa crença sobre a superioridade do *homo sapiens* pode ser verdadeira, mas não é justificada porque o *homo sapiens* não faz parte do ambiente do qual se coloca como superior. No ambiente natural, o homem não sobreviveria como espécie animal.

A questão tradicional de o ser apresentar-se como *predicado da realidade* e sua crítica contemporânea, que apresenta o ser como somente uma *posição no mundo*, parece colocar em evidência duas posições antagônicas envolvendo: a) uma realidade; b) um mundo. Como ilustração, pode-se pensar nessa realidade como o ambiente natural, dos animais e das plantas em geral e, da mesma forma ilustrativa, pode-se pensar esse mundo como o ambiente do ser humano, do que não é animal e nem natural.

Se esse ser ocupa, de fato, uma posição no mundo, além de se saber os critérios dessa ocupação, também seria necessário saber quem ou qual poder seleciona, organiza e, principalmente, diz onde ele deve estar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem três polos de tensão: a superioridade do conhecimento contemplativo, a inferioridades das técnicas e a rejeição de outros saberes. Para o conceito de informação, é evidente que o conhecimento científico participa como característica, mas se o critério para essa característica existir for o de se *acreditar* nela, ela deixa de ser essencial, pois, o essencial do conceito informação passa a ser a crença nesse conceito. Para que isso aconteça é necessário ter o desejo de acreditar. A falta de desejo de informação do ser humano significa que outro desejará por ele.

Pode-se dizer que essa calma doméstica é proporcionada por um *nada de vontade* quando se anuncia o “Deus morto”. Para entendermos a importância dessa passagem de Nietzsche para uma ética epistemológica, basta pensar que a ética precisa de valores, e a epistemologia, de vontade, desejo, pulsão, pois depende do conhecimento, do saber e da criação. Quando a plausibilidade da crença enfraquece torna-se também frágil o sentido da vida humana. A “morte de Deus” representa a decadência do pensamento ocidental. A falência da substituição de uma vontade de nada, ou seja, da substituição de um *niilismo* fundamentado na crítica e negação de valores da moral cristã e do idealismo platônico, por um nada de vontade traz sérias consequências ético-epistemológicas. Quando o ser humano se coloca *no lugar de “Deus”* encerra-se a busca pela transvalorização dos valores, porque nada há que se buscar *fora* do ser humano. Com isso, os valores que surgem são construções conceituais limitadas, primeiro, na “casa” da linguagem e, agora, no “código” da informação.

Na perspectiva da filosofia nietzschiana, a “morte de Deus” colocou o homem no centro do mundo e este (homem –*Mensch*) nada procurou além (*Übermensch*), encerrando-se em si. Na sequência, nas filosofias contemporâneas, o homem, sem nenhum ídolo, elegeu a linguagem como centro mundo, encerrando-se nela. Agora, parece que o “ídolo” do homem é a informação. A decomposição do todo à parte, da parte ao significado e do significado ao código.

A possibilidade de falar em benefícios e malefícios, na era da informação, é bem remota. Se, de fato, a informação substituir o homem no mundo, será necessário tentar “enxergar” em suas características resquícios de valores éticos fundamentais,



originários da teoria do conhecimento e, por extensão, dos próprios saberes. Nunca houve tanta urgência em encontrar “fagulhas”, “migalhas” e ruídos de informação que indiquem os caminhos sutis do conhecimento.

Artigo recebido em 30/06/2015 e aprovado em 17/09/2015.

## REFERÊNCIAS

BARRIOS CASARES, Manuel. Niilismo e pós-humanidade na cultura contemporânea: Nietzsche contra Sloterdijk. In: MARTON, Scarlett (Org.). *Nietzsche em chave hispânica*. São Paulo: Edições Loyola, 2015. p. 267-297.

CAPURRO, Rafael. Towards an ontological foundation of information ethics. *Ethics and information technology*, v. 8, n. 4, p. 175-186, 2006.

ECO, Umberto. *A busca da língua perfeita na cultura europeia*. Tradução de Antonio Angonese. Revisão técnica de Maria Helena Ribeiro da Cunha. 2. ed. Bauru, SP: Edusc, 2002.

FALLIS, Don. Information ethics for twenty-first century library professionals. *Library Hi Tech*, v. 25, n. 1, p. 23-36, 2007.

FLORIDI, Luciano. Foundations of information ethics. In: HIMMA, Kenneth Einar; TAVANI, Herman T. (Ed.) *The handbook of information and computer ethics*. New Jersey: Wiley, 2008a. p. 3-23.

\_\_\_\_\_. Information ethics: a reappraisal. *Ethics and Information Technology*, v. 10, p. 189-204, 2008b.

\_\_\_\_\_. What is information ethics? In: \_\_\_\_\_. *The ethics of information*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 19-28.

FROELICH, Thomas. A brief history of information ethics. *BID*, n. 13, 2004. Disponível em: <<http://bid.ub.edu/13froel2.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

GIACÓIA JUNIOR, Oswaldo. Metafísica, platonismo e niilismo. In: \_\_\_\_\_. *Nietzsche: o humano como memória e como promessa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 208-221.

MASON, Richard O. Four ethical issues of the information age. *Management Information Systems Quarterly*, v. 10, n. 1, mar. 1986.

PLATÃO. *A república*. Tradução, introdução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

PREISIG, Amélie Vallotton; RÖSCH, Hermann; STÜCKELBERGER, Christoph. Ethical dilemmas in the information society: how codes of ethics help to find ethical solutions. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Ethical dilemmas in the information society: codes of ethics of librarians and archivists*. Geneve: Globethics, 2014. p. 11-18. Disponível em: <[http://www.globethics.net/documents/4289936/13403236/GE\\_Global\\_11\\_web\\_final.pdf/ob8e3552-62e4-4495-a576-2f341326891b](http://www.globethics.net/documents/4289936/13403236/GE_Global_11_web_final.pdf/ob8e3552-62e4-4495-a576-2f341326891b)>. Acesso em: 18 jun. 2015.

SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.